

Secretário discute hoje o reajuste das escolas

Educação

O secretário da Defesa do Consumidor, Paulo Salvador Frontini, reúne-se hoje com a diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo para discutir o reajuste da semestralidade do primeiro semestre deste ano. Na quarta-feira, o juiz Milton Gordo, da 5ª Vara da Fazenda do Estado, anulou a deliberação 7/87 do Conselho Estadual de Educação — CEE — que liberou, em maio, o reajuste da primeira semestralidade deste ano. A deliberação já estava suspensa por uma liminar desde julho, mas, agora, não poderá ser definitivamente aplicada.

O juiz Milton Gordo determinou que o CEE estabeleça um novo índice de reajuste. Até a fixação do novo valor, fica valendo o percentual de 116,09%, em relação à segunda semestralidade do ano passado. Pela legislação, o Conselho Estadual de Educação deveria fixar o índice de

aumento, mas, em São Paulo, seus membros decidiram que as escolas negociariam o valor com os pais, o que provocou aumentos abusivos em muitos casos. O juiz da 5ª considerou ilegal esta determinação do Conselho.

Só depois da reunião de hoje, o secretário da Defesa do Consumidor falará sobre o assunto. Para o presidente do sindicato, José Aurélio de Camargo, a decisão judicial ainda “não altera a situação” e as escolas não terão de devolver o que pagaram a mais. “Não é uma decisão definitiva. Ela pode ser recorrida”, afirmou.

Para a presidente do Movimento de Pais e Alunos das Escolas Particulares, Hebe Tolosa, “os pais estão bastante avisados que terão de pagar só 116,09%. Nada mais que isso”. Ela disse que os que tiverem algum problema nas escolas podem procurar o Tribunal de Pequenas Causas, que foi encarregado pelo juiz de cui-

dar do assunto. “Esperamos que o CEE trace agora um caminho para que os pais tenham confiança nele e que as mantenedoras tenham bom senso.” Hebe Tolosa já foi convidada pelos membros do CEE a participar da reunião que discutirá o índice, mas o encontro ainda não tem data marcada.

Ontem, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino realizou uma assembléia, no Colégio São Bento, para discutir as mensalidades de outubro, novembro e dezembro. A diretoria da entidade apresentou a seguinte proposta: que as mensalidades sejam transformadas em URP (Unidade de Referência de Preços). “Assim, se as parcelas aumentarem muito não será nossa culpa, mas do governo que não soube controlar a inflação”, afirmou o presidente do sindicato, Aurélio de Camargo. A proposta será votada na próxima terça-feira.